



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA**

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 - UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

**NÍVEL E  
ASSISTENTE SOCIAL**

**22 de maio de 2016**

**Nome:** \_\_\_\_\_ **Nº de Inscrição:** \_\_\_\_\_

**BOLETIM DE QUESTÕES**

**LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.**

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 45 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 25 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14:30 horas e término às 18:30 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 11 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 45.

LÍNGUA PORTUGUESA

**Chico Buarque e a era da grosseria online**

Os xingamentos ao cantor mostram que há uma migração para o mundo físico de um comportamento péssimo das redes sociais

01 Você deve ter visto o vídeo do cantor Chico Buarque sendo xingado por um grupo de  
02 jovens aparentemente alcoolizados. Um bate-boca típico de bar. O fato ocorreu na última  
03 segunda-feira (21), na saída de um restaurante no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro. O vídeo  
04 publicado no *Glamurama* mostra o grupo de jovens em volta do cantor questionando o fato de ele  
05 defender publicamente o Partido dos Trabalhadores. [...]

06 Não houve agressão física. Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que  
07 marcou o ano de 2015 no Brasil. Em agosto, falamos em reportagem da ÉPOCA sobre o  
08 fenômeno que chamamos de "A era da grosseria online". Em algum momento, passamos a achar  
09 razoável tratar quem pensa diferente com xingamentos e pontapés virtuais. Em algum momento,  
10 passamos a achar bacana pegar o comentário de alguém, colocar numa comunidade com ideias  
11 contrárias e participar de sessões de linchamento virtual. Com o aval e o apoio de quem pensa  
12 como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos  
13 tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar.

14 O problema – e o caso de Chico é só mais um entre tantos, nos diferentes espectros  
15 políticos – é que esse comportamento vem gradativamente migrando para o mundo físico.  
16 Pessoas estão se sentindo à vontade para abordar quem pensa diferente na rua e disparar  
17 agressões físicas e verbais. Não se trata de liberdade de expressão ou de politicamente correto.  
18 Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi  
19 munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não  
20 suporta ser confrontado com uma opinião diferente.

21 [...]

22 Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância.  
23 Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto. Compartilhamos textos claramente  
24 mentirosos. Compartilhamos matérias de sites de humor, como o *Sensacionalista*, acreditando  
25 serem reais. Depois colocamos a culpa no Brasil. "Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei  
26 que fosse verdade". Achou mesmo ou de repente cegou-se diante da facilidade em espriar seu  
27 ódio e sua insatisfação?

28 É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a  
29 informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do  
30 celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.

31 [...]

32 Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre  
33 para o mundo físico. São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e  
34 consequências diferentes. [...]

35 As redes sociais são uma poderosa ferramenta para obter conhecimento, estreitar laços,  
36 conhecer gente nova, namorar, se entreter. Mas também se mostraram um habitat perfeito para a  
37 ignorância, a intolerância e a truculência. Não é difícil escolher quais dessas características  
38 deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.

BRUNO FERRARI 23/12/2015

Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2015/12/chico-buarque-e-era-da-grosseria-online.html>.

Acessado em 9/02/2016.

1 Em **Chico Buarque e a era da grosseria online**, Bruno Ferrari critica as pessoas que

- (A) agridem celebridades em redes sociais.
- (B) se excedem no consumo de álcool.
- (C) costumam ser agressivas.
- (D) não respeitam a opinião alheia.
- (E) se comportam de maneira antiética.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016

- 2 No segundo parágrafo do texto, o autor optou pelo emprego da primeira pessoa do plural porque
- (A) concorda com a reportagem de Época.
  - (B) compartilha da opinião dos agressores.
  - (C) considera a “grosseria online” muito comum.
  - (D) se considera uma pessoa grosseira.
  - (E) pensa como a maioria dos internautas.
- 3 Em “Com o aval e o apoio de quem pensa como nós – já que o Facebook nos induz a ler apenas o conteúdo com o qual concordamos – nos tornamos visigodos da era digital em busca de um povo inimigo para exterminar” (11 a 13), a palavra *visigodos* foi empregada como sinônimo de
- (A) bárbaros.
  - (B) estrangeiros.
  - (C) desbravadores.
  - (D) invasores.
  - (E) dominadores.
- 4 Do trecho “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo. Apenas monólogos de quem foi munido por um arsenal de informações recebidas das redes sociais e de sites obscuros e não suporta ser confrontado com uma opinião diferente” (18 a 20), depreende-se que os autores dos “monólogos”
- (A) ignoram o fato de que existem *sites* e redes sociais que veiculam mentiras na internet.
  - (B) não costumam se certificar da legitimidade das fontes das informações que veiculam.
  - (C) tendem a divulgar informações falsas, mesmo que tenham consciência do que fazem.
  - (D) não admitem a possibilidade de estarem divulgando informações e fatos falsos.
  - (E) não se sentem responsáveis pela veracidade das informações que divulgam.
- 5 Em “Vivemos a era da grosseria e da intolerância e sobretudo a era da ignorância” (22), o autor poderia ter empregado a vírgula antes e depois da palavra *sobretudo* com o objetivo de
- (A) marcar duas pausas que ocorrem na expressão oral.
  - (B) separar duas orações que estão contidas no enunciado.
  - (C) atribuir ênfase ao advérbio que modifica o enunciado.
  - (D) evitar ambiguidade na compreensão do enunciado.
  - (E) deixar claro ao leitor o sentido do enunciado.
- 6 Em “Ah, mas aqui ocorre tanto absurdo que eu achei que fosse verdade” (25 a 26), o emprego das aspas se deve
- (A) à ironia que caracteriza o enunciado.
  - (B) ao emprego do discurso direto.
  - (C) ao sentido especial dado ao enunciado.
  - (D) à introdução de uma citação.
  - (E) à ênfase que se quis dar à ideia expressa.
- 7 No segundo enunciado do trecho “É curioso que estejamos nos tornando mais ignorantes numa era em que quase toda a informação pode ser checada com dois cliques do mouse ou a dois toques na tela do celular. Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro.” (28 a 30), o autor sugere que
- (A) os usuários de aparelhos de telefonia celular são preguiçosos.
  - (B) os computadores são mais lentos do que os telefones.
  - (C) a interação via telefone celular é mais rápida.
  - (D) é mais difícil navegar usando telefones celulares.
  - (E) a maioria da população não sabe utilizar o celular.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 8 Para ligar os períodos “Não podemos achar normal que esse comportamento extremo das redes sociais migre para o mundo físico.” (32 a 33) e “São locais de naturezas distintas e, portanto, de reações com proporções e consequências diferentes.” (33 a 34), mantendo a relação entre as ideias que expressam, o autor poderia empregar a conjunção
- (A) pois.  
(B) mas.  
(C) e.  
(D) senão.  
(E) contudo.
- 9 No trecho “Não é difícil escolher quais dessas características deveríamos trazer para o mundo real e quais deveriam permanecer nos guetos virtuais.” (37 a 38), a expressão *gueto virtual* se refere a
- (A) uma minoria de internautas que divulgam informações de forma irresponsável.  
(B) *sítes* que congregam pessoas que compartilham opiniões sobre determinados temas.  
(C) espaços virtuais em que se refugiam pessoas que se consideram vítimas de mentiras.  
(D) grupos que pregam a intolerância e disseminam ideias preconceituosas na internet.  
(E) redes sociais que se propõem a promover a discussão a respeito de assuntos polêmicos.
- 10 O autor **não** empregou linguagem coloquial em
- (A) “Um bate-boca típico de bar” (02).  
(B) “Só sobrou grosseria – uma tendência comportamental que marcou o ano de 2015 no Brasil” (06 a 07).  
(C) “Trata-se de um ambiente em que não há espaço para diálogo” (18).  
(D) “Compartilhamos textos apenas lendo o título e vendo foto” (23).  
(E) “Parece que esse segundo toque dá muito mais trabalho do que o primeiro” (30).

**LEGISLAÇÃO**

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a vacância do cargo público decorrerá de
- (A) ascensão e transferência.  
(B) exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo acumulável e falecimento.  
(C) transferência, ascensão e redistribuição.  
(D) remoção, redistribuição, ascensão e transferência.  
(E) somente aposentadoria, falecimento e demissão.
- 12 Contemplam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, que os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de natureza especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular
- (A) superiores a 30 (trinta) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(B) superiores a 5 (cinco) e, no máximo, de 10 (dez) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(C) superiores a 10 (dez) e, no máximo, de 15 (quinze) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(D) superiores a 15 (quinze) e, no máximo, de 20 (vinte) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.  
(E) superiores a 20 (vinte) e, no máximo, de 25 (vinte e cinco) dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição que excederem o referido período.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 13 Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, observados os preceitos indicados no item:
- (A) somente a manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidades.
  - (B) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.
  - (C) somente a equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
  - (D) interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
  - (E) somente o interesse da administração; equivalência de vencimentos; manutenção da essência das atribuições do cargo; compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
- 14 Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede, conforme está previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Entende-se por modalidades de remoção
- (A) somente de ofício, no interesse da Administração; a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (B) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
  - (C) somente a pedido, a critério da Administração; a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (D) somente a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
  - (E) somente de ofício, no interesse da Administração e a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, para os seguintes casos: para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração e em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 15 Conceder-se-á ao servidor licença, conforme determinam a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações, nas seguintes situações:
- (A) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política e para capacitação, exclusivamente.
  - (B) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares, unicamente.
  - (C) por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista.
  - (D) para o serviço militar; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, somente.
  - (E) prêmio por assiduidade; por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para atividade política; para capacitação; para tratar de interesses particulares; para desempenho de mandato classista, unicamente.
- 16 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações. São penalidades disciplinares:
- (A) advertência; suspensão; demissão; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (B) advertência; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (C) suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada, exclusivamente.
  - (D) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade, exclusivamente.
  - (E) advertência; suspensão; demissão; cassação de aposentadoria ou disponibilidade; destituição de cargo em comissão; destituição de função comissionada.
- 17 Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, conforme contempla o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que cria o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, combinado com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações. À Comissão de Ética incumbe
- (A) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão de diárias e passagens para tratar de quaisquer assuntos do órgão em que serve.
  - (B) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.
  - (C) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, impossibilitando assumir cargos ou funções de confiança.
  - (D) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, proibido de receber promoção e posse em outro cargo inacumulável, quando for o caso.
  - (E) fornecer aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores os registros sobre sua conduta ética, em conformidade com a pena aplicada, e não permitir a concessão da aposentadoria.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 18 Estabelece o Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. O dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, objetivando estabelecer a matriz de alocação de cargos e definir os critérios de distribuição de vagas, dar-se-á mediante
- (A) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - a análise dos processos e condições de trabalho, somente.
  - (B) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
  - (C) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
  - (D) I - a análise do quadro de pessoal, inclusive no que se refere à composição etária e à saúde ocupacional; II - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; III - a análise dos processos e condições de trabalho e IV - as condições tecnológicas da IFE.
  - (E) I - a análise da estrutura organizacional da IFE e suas competências; II - a análise dos processos e condições de trabalho e III - as condições tecnológicas da IFE, somente.
- 19 Institui o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- (A) I - plano semestral de capacitação; II - relatório de execução do plano semestral de capacitação e III - sistema de gestão financeira.
  - (B) I - plano bimestral de capacitação; II - relatório de execução do plano bimestral de capacitação e III - sistema de gestão de informação.
  - (C) I - plano anual de capacitação; II - relatório de execução do plano anual de capacitação e III - sistema de gestão por competência.
  - (D) I - plano trimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
  - (E) I - plano quadrimestral de capacitação e II - relatório de execução do plano quadrimestral de capacitação.
- 20 Estabelece o Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA – e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. O Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tem o objetivo de formular o planejamento das ações do GESPÚBLICA, bem como coordenar e avaliar a execução dessas ações. O Comitê Gestor terá a seguinte composição:
- (A) I - um representante do Ministério da Educação, que o coordenará; II - um representante da Presidência do Senado Federal e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Educação.
  - (B) I - um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que o coordenará; II - um representante da Câmara e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação.
  - (C) I - um representante do Ministério da Cultura, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil do Governo do Estado e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro da Cultura.
  - (D) I - um representante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que o coordenará; II - um representante do Ministério da Educação e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas sem notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.
  - (E) I - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que o coordenará; II - um representante da Casa Civil da Presidência da República e III - representantes de órgãos e entidades da administração pública, assim como de entidades privadas com notório engajamento em ações ligadas à qualidade da gestão e à desburocratização, conforme estabelecido pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A partir da década de 1980, principalmente pelas reflexões teóricas de Gramsci (1982), é que a profissão de serviço social passa a contar com as discussões de matriz teórico-metodológica cuja teoria aponta o ser social a partir de mediações. Esse paradigma insere-se como hegemônico e é referência analítica com o (a)
- (A) teoria analítica de Gramsci.
  - (B) instrumental das mediações ontológicas.
  - (C) teoria social de Marx.
  - (D) projeto ético-político e social.
  - (E) avaliação crítica da tradição marxista.
- 22 Ao se discutir sobre o enfrentamento da questão social e serviço social numa perspectiva tradicional, invariavelmente, remete-se à atuação dos profissionais influenciados pela doutrina social da Igreja Católica. Neste sentido, avalie as afirmações a seguir.
- I As ações sociais que serviram de base e sustentáculo para o surgimento do serviço social deram-se com a ruptura de ideologias tomistas e neotomistas que contradiziam a recristalização da sociedade.
  - II O Centro Dom Vital, que oferecia cursos de aperfeiçoamento a leigos da Igreja Católica e, principalmente, o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social) foram fundamentais para a criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil.
  - III As críticas sobre as primeiras atuações do serviço social como profissão na América Latina, que vão do período de 1930 a 1940, são referidas como fase missionária pelo engajamento dos assistentes sociais com a comunidade e usuários.
  - IV O modo de atuar dos profissionais associava-se a uma metodologia participativa da Igreja Católica - o ver, julgar e agir - que exigia um profundo conhecimento da realidade e uma ação comprometida com a comunidade
- São corretas as afirmações
- (A) I, II e IV, somente.
  - (B) I, II e III, somente.
  - (C) II e III, somente.
  - (D) II e IV, somente.
  - (E) III e IV, somente.
- 23 Falar sobre avaliação de planos, programas e projetos sociais reporta-nos às discussões de Jannuzzi (2014), para quem a avaliação, numa perspectiva metodológica, pode se classificar em 04 (quatro) tipos de produtos mais gerais, que são
- (A) intervenção preliminar, pesquisas de mercado, meta-avaliação e portais *web*.
  - (B) arranjos de implementação, pesquisa *ex-post*, relatórios de síntese de avaliação e indicadores específicos/*site web*.
  - (C) estudos *ex-ante*, dimensionamento de públicos alvos, levantamentos primários/qualitativos e relatórios-síntese de indicadores sociais.
  - (D) estudos *ex-ante*, pesquisa de opinião, objetivos e elaboração de relatórios.
  - (E) estudos avaliativos, pesquisas de avaliação, meta-avaliações e relatórios-síntese de avaliação/portais *web*.
- 24 Projetos de intervenção requerem conhecimento e vivência das práticas sociais nas quais o assistente social ocupa espaços sócio-ocupacionais e sua intervenção nas expressões da questão social. Neste sentido, o projeto de intervenção tem como referência de roteiro, inúmeros itens, de acordo com as exigências institucionais e organizacionais, sendo o roteiro mais comum
- (A) justificativa, objetivos, metas, metodologia, referencial teórico, cronograma, bibliografia.
  - (B) problematização, hipóteses, objetivos, teoria, lócus da pesquisa, cronograma de execução, avaliação, orçamento, referências bibliográficas.
  - (C) justificativa, problematização, metodologia, aporte teórico, cronograma, custos operacionais e bibliografia.
  - (D) justificativa, objetivos, metas, público-alvo, metodologia, resultados esperados, avaliação, cronograma, orçamento, bibliografia.
  - (E) resumo, justificativa, hipóteses/questões norteadoras, objetivos, metodologia, referencial teórico, avaliação e orçamento.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 25 Com a tendência, cada vez maior, de se trabalhar em “rede”, a tecnologia da informação e comunicação (TIC) no serviço social torna-se fundamental, tendo como benefício
- (A) capacidade qualitativa de melhorar, disponibilizar, socializar e democratizar as informações no sentido de favorecer o trabalho em “rede”.
  - (B) apontar soluções sociais para o uso abusivo de tecnologias que neutralizam a capacidade das interrelações.
  - (C) disponibilizar informações valiosas para os profissionais trabalharem com eficiência as redes de atendimento social, cultural, econômico e político dos bancos de dados.
  - (D) classificação do uso de indicadores sociais e estatísticos como forma de definição de padrões únicos para a informação e comunicação interna de “redes” dos assistentes sociais.
  - (E) quebra de paradigma na comunicação entre assistente social e usuários, visando a introduzir novas metodologias de pesquisa e trabalho.

26 Em relação à saúde e à qualidade de vida na atividade laboral do trabalhador, análise as afirmações a seguir.

- I O presenteísmo é um termo mais antigo e mais explorado pela literatura por tratar-se de pontos positivos do trabalhador no seu local de trabalho.
- II O absenteísmo é a ausência do funcionário por motivo de desinteresse, subutilização da mão de obra profissional e mais valia por parte do empregador, causando-lhe forte doença mental.
- III O presenteísmo é quando o trabalhador está presente no local de trabalho, mas, por impedimentos físicos e psicológicos, não consegue desempenhar a totalidade de suas funções.
- IV O absenteísmo é a ausência do funcionário em dia útil, não só por motivo de doença, mas por atraso, más condições de trabalho, elevadas horas de trabalho, falta de transporte, assuntos pessoais, mau tempo.

Estão corretas as afirmações

- (A) I, II e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II, III e IV, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) III e IV, somente.

27 Trabalhando na perspectiva multiprofissional, o assistente social convive com diversos profissionais. Na área da saúde, deve ter um conhecimento básico de doenças e formas de tratamento, a fim de prestar atendimento, orientação e encaminhamento ao usuário. Em relação à AIDS, entre outras orientações, precisa conscientizar os usuários soro-positivos de que

- (A) é possível conviver bem com a doença por meio de medicamentos antirretrovirais, desde que o paciente decida aderir ao tratamento.
- (B) devem ter consciência de suas limitações sociais e de que o tratamento depende da disponibilidade de medicamento da rede básica de saúde.
- (C) sua vida sexual será inativa, a fim de não transmitir a doença a terceiros.
- (D) seu convívio familiar fica restrito ao núcleo central, podendo usufruir da companhia de grupos de apoio indicados pelo assistente social e pelo médico.
- (E) sua convivência comunitária estende-se ao seu ambiente de trabalho quando o usuário tem emprego de carteira assinada ou quando, admitido em empresa, tem de passar por exames no teste admissional.

28 As tendências históricas e teórica-metodológicas do debate profissional do serviço social ao longo da década 1980 levaram a diferentes fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa. Neste sentido,

- (A) demandas em nível de pós-graduação, de instituições portuguesas e latino americanas (Argentina, Uruguai, Chile) começam a se colocar para o serviço social brasileiro.
- (B) é na contramão das transformações que ocorrem na ordem econômica internacional que o Brasil vai instituir constitucionalmente, em 1988, o Ministério da Previdência e Assistência Social- MPAS.
- (C) ocorre uma afirmação profissional, ultrapassando a fase de moderno agente de caridade, quando o Estado passa a incorporar e regulamentar juridicamente a questão social.
- (D) a assistência social, qualificada como política pública, de proteção social, constitutiva da seguridade social, é incluída como tema de estudos para o serviço social.
- (E) o debate que permeou o serviço social, ao longo desta década, construiu, com ativa participação da categoria profissional, por meio de suas entidades representativas, um projeto ético-político-profissional.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 29 O Decreto Nº 6.117 de 2007, que dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, tem como objetivo
- (A) o acesso e recebimento de informações sobre os efeitos do uso prejudicial de álcool e sobre a possibilidade de modificação dos padrões de consumo, e de orientações voltadas para o seu uso responsável, que é direito de todos os consumidores.
  - (B) considerar bebida alcoólica aquela que contiver 0.5 grau *Gay-Lussac* ou mais de concentração, incluindo-se aí bebidas destiladas, fermentadas e outras preparações, como a mistura de refrigerantes e destilados, além de preparações farmacêuticas que contenham teor alcoólico igual ou acima de 0.5 grau *Gay-Lussac*.
  - (C) a sustentação de estratégias para o enfrentamento coletivo dos problemas relacionados ao consumo de álcool, contemplando a intersectorialidade e a integralidade de ações para a redução dos danos sociais, à saúde e à vida causados pelo consumo desta substância, bem como as situações de violência e criminalidade associadas ao uso prejudicial de bebidas alcoólicas na população brasileira.
  - (D) a colaboração da sociedade, a adoção de medidas discutidas democraticamente que atenuem e previnam os danos resultantes do consumo de álcool em situações específicas, como transportes, ambientes de trabalho, eventos de massa e em contextos de maior vulnerabilidade.
  - (E) tomar medidas, de uso restrito ao consumo de álcool e outras drogas, conscientizando as famílias e adolescentes que o uso é passível de associação ao crime organizado e, caso os pais não evitem que seus filhos consumam bebida e drogas, serão responsabilizados criminalmente sobre quaisquer atos que envolvam o adolescente e o jovem infrator.
- 30 Para proceder à análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais é necessário
- (A) retirar do cotidiano expressões que respondam aos interesses de classe.
  - (B) aprofundamento ideológico e político dos movimentos emergentes.
  - (C) trabalhar as ambiguidades a partir da tradição marxista.
  - (D) avaliar a consciência dos agentes profissionais.
  - (E) considerar a concepção de reprodução social.
- 31 A Resolução n. 196/96 instituiu normas da pesquisa científica segundo as quais toda pesquisa com seres humanos exige que o participante seja informado e decida, com autonomia, sobre sua participação, devendo assinar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).
- Com a instituição dessa Resolução, foi criada a (o)
- (A) Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.
  - (B) Novo currículo de serviço social.
  - (C) Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.
  - (D) Projeto Ético-Político da Profissão.
  - (E) Tese da Função Pedagógica do Assistente Social.
- 32 As mudanças no mundo do trabalho são acompanhadas pelo que alguns caracterizam como processo de globalização da economia, mas, pode ser apontado como processo de mundialização da economia, ou de constituição de um regime de acumulação mundial predominantemente financeira. Trata-se da (de)
- (A) um processo contraditório, desigual e assimétrico, intensificado pela revolução tecnológica, sobretudo com a verticalização das empresas e sua ligação pela rede de informática.
  - (B) formação de um mercado unificado com companhias mundializadas, bem como da configuração de uma base planetária de concepção, produção e distribuição de produtos e serviços.
  - (C) homogeneização do espaço econômico, reafirmando a ideia de um desenvolvimento, cuja maior expressão são as tendências recorrentes do mercado financeiro.
  - (D) solução da unidade constitutiva do Estado e do capital nacionais. O modelo de ajuste proposto pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI, sobretudo para o Terceiro Mundo, reforça a substância dos Estados Nacionais.
  - (E) um aumento do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 33 De acordo com a Resolução nº 557/2009, a atuação do assistente social em equipes multiprofissional deve
- (A) garantir sua atuação sobre o objeto de intervenção, devendo destacar a sua área de conhecimento específico da opinião técnica do outro profissional envolvido.
  - (B) emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica, abrangendo todas as necessidades do usuário, sugeridas pela equipe multiprofissional.
  - (C) emitir sua opinião técnica em todos os procedimentos da equipe multiprofissional, assinando e identificando seu número de inscrição no Conselho Regional de Serviço Social.
  - (D) realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações, pareceres, manifestação técnica sobre matéria de serviço social.
  - (E) avaliar e discutir a situação ser multiprofissional e respeitar a conclusão manifestada por escrito do órgão que fará o atendimento.
- 34 O que confere o caráter de especificidade à área de atuação do serviço social é o fato de que seus elementos constitutivos apresentam uma unidade própria nas relações que mantêm entre si. Tendo em vista a consecução dos objetivos profissionais e considerando as exigências da realidade concreta, há que se estabelecer determinadas prioridades para a atuação profissional. Assim, são definidas como áreas prioritária as
- (A) que possibilitam uma expansão de um trabalho organizado e técnico para o interior do Estado, em áreas rurais ou urbanas.
  - (B) que possibilitam trabalhar uma realidade específica, permitindo apenas uma atuação focalista sobre problemas sociais.
  - (C) que concentram os grupos focais comunitários definidos como único público prioritário.
  - (D) que permitam menor autonomia profissional e técnica, garantindo o caráter de especificidade.
  - (E) de atuação ligadas a instituições e organizações que não interferem no trabalho profissional e no âmbito da ação.
- 35 A instrumentalidade no trabalho do assistente social (Guerra, 2000) diz respeito às propriedades/capacidades historicamente construídas pela profissão, como uma condição sócio-histórica do Serviço Social, em três níveis:
- (A) funcionalidade, operacionalização e intervenção.
  - (B) funcionalidade, peculiaridade operatória e mediação.
  - (C) operacionalização, mediação de conflito e intervenção.
  - (D) mediação, teleologia e intervenção.
  - (E) peculiaridade operatória, metodologismo e razão instrumental.
- 36 O projeto neoliberal encontra nas práticas assistencialistas a estratégia para dar conta da pobreza, ao passo que o projeto ético-político propõe o combate à desigualdade pela via do direito. Portanto, um dos desafios no processo de supervisão é
- (A) a reflexão ponderada e singular.
  - (B) a apreensão da imediaticidade do fenômeno.
  - (C) a retificação da função educativa na intervenção.
  - (D) dar conta da realidade imediata do usuário de direito.
  - (E) a problematização e superação das contradições da realidade.
- 37 A atual lei de regulamentação da profissão (Lei n, 8.662/1993) identifica o exercício da assessoria/consultoria como uma atribuição privativa do assistente social e também como uma competência desse profissional. Neste sentido, assessoria consiste
- (A) na supervisão profissional.
  - (B) em ações extensionistas.
  - (C) no abandono do trabalho assistencial.
  - (D) em qualificar a intervenção profissional.
  - (E) em pedir opinião para operar a ação.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 38 A Lei nº 8.742/93 (LOAS) regulou, dentre outras questões, os benefícios, os programas e os serviços da assistência social. Assim, em relação ao tema, e com base na referida lei,
- (A) o benefício de prestação continuada é garantido aos idosos e às pessoas com deficiência, desde que comprovem que sua família não possa garantir a sua manutenção, ou seja, tenha renda *per capita* inferior a  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do salário-mínimo.
  - (B) a concessão e o valor do benefício de prestação continuada serão definidos pelos estados, municípios e Distrito Federal, devendo haver a revisão do benefício a cada 2 (dois) anos.
  - (C) as atividades continuadas voltadas para as necessidades básicas e que visem à melhoria de vida da população deverão possuir, em sua organização, entre outros, programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua.
  - (D) o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é desenvolvido pela União e pelos Estados-Membros, com a participação da sociedade civil, possui abrangência nacional, e visa à retirada de crianças e adolescentes com menos de 16 (dezesesseis) anos de idade das situações de trabalho.
  - (E) os programas de assistência social voltados para os idosos e a integração da pessoa com deficiência serão definidos pelos conselhos de assistência social e devidamente articulados com os benefícios de prestação continuada e os eventuais.
- 39 A educação, que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais, foi disciplinada na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (Lei nº 9.394/96). Assim, quanto à educação básica, é correto afirmar que
- (A) é, organizada em períodos anuais e ciclos, tem finalidade restrita à formação comum indispensável para o exercício da cidadania, além do desenvolvimento do educando.
  - (B) a prática da educação física, componente obrigatório, poderá ser facultada ao aluno que, dentre outros requisitos, cumpra jornada de trabalho igual ou superior a 6 (seis) horas, ou que seja maior de 20 (vinte) anos de idade, ou que esteja prestando serviço militar, ou que tenha prole.
  - (C) se considera profissional da educação básica o professor habilitado em nível médio ou superior para docência na educação infantil, bem como nos ensinos fundamental e médio, desde que esteja em efetivo exercício na escola e sua formação tenha se dado em curso reconhecido.
  - (D) quanto à parte diversificada do currículo, fica facultado, a partir da quinta série, o ensino de Língua Estrangeira, cuja escolha fica a cargo da comunidade escolar, sempre respeitadas as possibilidades da instituição.
  - (E) além da música, conteúdo do ensino da arte, a exibição de filmes de produção nacional ou internacional também é componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas semanais.
- 40 Quanto ao tratamento legal da saúde no Brasil, é correto afirmar que
- (A) a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) compete ao ministério da Saúde, sendo facultado aos Estados constituírem consórcios para, em conjunto, desenvolver as ações e serviços que lhes correspondam.
  - (B) a Saúde é direito fundamental do ser humano, sendo dever do Estado prestá-la, obedecida a descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo.
  - (C) as ações e os serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada em níveis de complexidade crescentes e executados diretamente pelo Estado, não comportando participação da iniciativa privada.
  - (D) o Sistema Único de Saúde é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde prestados pelas instituições públicas, excetuando-se as fundações mantidas pelo poder Público e as instituições de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos e de equipamentos para a saúde.
  - (E) constituem princípios das ações e dos serviços públicos e privados de saúde, dentre outros, a universalidade de acesso em todos os níveis de assistência e sua integralidade, organização de modo a visar à duplicidade de meios para fins idênticos e a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

- 4.1 A seguridade social consiste em inovação trazida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e compreende a saúde, a assistência social e a previdência social, sendo esta última regulamentada pelo Decreto nº 3.048 de 1999, no qual foram tratados os planos e benefícios da previdência social. Assim, com base no Regulamento da Previdência Social, é correto afirmar que
- (A) as servidores da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos município que ocupem emprego público, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou cargo efetivo são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social.
  - (B) constituem princípios da previdência social, dentre outros expressos no Decreto nº 3.048 de 1999, a universalidade de participação nos planos beneficiários e na prestação dos benefícios, e a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
  - (C) são beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes, o cônjuge ou companheiro (a), o filho não emancipado de qualquer condição menor de vinte e um anos ou inválido, os pais e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido.
  - (D) a previdência social compreende os regimes próprios de previdência dos militares e servidores públicos e o Regime Geral de Previdência Social, cuja administração cabe ao Ministério da Previdência e Assistência Social, sendo exercida pelos órgãos e entidades a ele vinculados.
  - (E) a previdência social possui um caráter democrático e descentralizado da administração, cuja gestão será tripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores e dos aposentados.
- 4.2 Com base na Lei nº 10.257/01, denominada Estatuto da Cidade, pode-se afirmar que
- (A) em caso de inutilização ou subutilização do imóvel, lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar seu parcelamento, a utilização ou a edificação compulsórios, sendo aplicado ao solo urbano não edificado.
  - (B) os tributos sobre imóveis urbanos serão diferenciados em função do interesse social, não havendo o mesmo tratamento às tarifas relativas a serviços públicos.
  - (C) estipula que o município poderá aplicar o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração de alíquota, pelo prazo de dez anos consecutivos.
  - (D) após a desapropriação do imóvel, o município procederá ao adequado aproveitamento, no prazo máximo de dez anos, contados a partir da sua incorporação ao patrimônio público.
  - (E) os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas poderão incluir participação da população e de associações representativas de segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania.
- 4.3 No que diz respeito à elaboração do parecer social realizado pelo assistente social, baseado na contribuição de estudos no campo sócio-jurídico, é correto afirmar que
- (A) é um instrumental técnico-operativo similar ao relatório social, pelo seu grau de complexidade e detalhes que exigem um vasto teor de escrita.
  - (B) deve exprimir a opinião profissional de uma dada situação, atendendo aos objetivos da solicitação, bem como a realização de estudos socioeconômicos e observação.
  - (C) juntamente com o parecer social, o assistente deve confirmar a concessão de benefício solicitado pelo usuário, baseado na avaliação médico-pericial, psicossocial e jurídica.
  - (D) para efeito de comprovação, o profissional deve juntar a comprovação das informações do usuário como entrevistas, visita domiciliar, entre outras, para fins de legitimar sua atuação junto aos órgãos solicitantes.
  - (E) se torna necessário o relato de questões microrrelacionais do usuário com seus familiares, colaterais, amigos e parentes com o intuito comprovar e constatar informações relevantes para a concessão de benefício.
- 4.4 No que se refere à Política Nacional de Saúde Mental, considera-se a internação, em qualquer de suas modalidades, somente quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. Mas, havendo necessidade, a internação psiquiátrica será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos. São considerados 03 (três) tipos de internação psiquiátrica:
- (A) consentimento do paciente, da família e de terceiros.
  - (B) aberta, semi aberta e fechada.
  - (C) voluntária, por consentimento do paciente, por vontade da família.
  - (D) voluntária, involuntária, compulsória.
  - (E) a pedido da justiça, da família e do médico.

**CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO**  
**EDITAL Nº 2/2016 – UFRA, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

45 Todas as pessoas responsáveis encarregadas de cuidar de crianças e adolescentes e tratá-los, educá-los ou protegê-los não poderão utilizar castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de correção, educação ou qualquer pretexto, pois estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções, às seguintes medidas cabíveis:

- I encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;
- II encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- III encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- IV obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;
- V obrigação de retratar-se perante o juiz e aos profissionais envolvidos no acompanhamento.

São corretos os itens

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, II, III e IV, somente.
- (C) II, III, e V, somente.
- (D) III, IV e V, somente.
- (E) IV e V, somente.